



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10580.727141/2010-23
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2401-004.814 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de maio de 2017
Matéria IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF
Recorrente ANTONIO OLAVO DE ALMEIDA FRAGA LIMA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2008

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA DECIDIDA PELO STJ NA SISTEMÁTICA DO ART. 543C DO CPC.

O art. 62A do RICARF obriga a utilização da regra do REsp nº 1.306.393/DF, julgado em 24/10/2012, decidido na sistemática do art. 543C do Código de Processo Civil.

IRPF. ISENÇÃO SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD. DEVER DE COERÊNCIA NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Consoante entendimento consignado no Recurso Especial n.º 1.306.393/DF, eleito como representativo da controvérsia e julgado sob o rito do art. 543C do CPC, o STJ ratificou o entendimento firmado pela 1ª Seção, no REsp nº 1.159.379/DF (Relator Ministro Teori Zavascki), no sentido de que “são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD”. No referido julgamento, entendeu o relator que os “peritos” a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de “peritos de assistência técnica”, no que se refere a

essas atividades específicas. Caso em que a hipótese dos autos (consultor independente) se subsume à situação tratada no recurso repetitivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier Lazarini - Presidente

(assinado digitalmente)

Luciana Matos Pereira Barbosa - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Miriam Denise Xavier Lazarini, Carlos Alexandre Tortato, Rayd Santana Ferreira, Denny Medeiros da Silveira, Cleberson Alex Friess, Andréa Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa e Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra decisão de primeiro grau que negou provimento à impugnação apresentada pelo contribuinte.

Contra o contribuinte em epígrafe foi lavrada notificação de lançamento de Imposto sobre a Renda de Pessoa Física do exercício de 2008, no valor total de R\$ 6.945,39, conforme descrição dos fatos e enquadramento legal de fls. 26 a 30.

A autoridade fiscal efetuou o lançamento de ofício em face de omissão de rendimentos recebidos do exterior.

O contribuinte apresentou sua impugnação alegando, em síntese, que não houve omissão de rendimentos, pois, informou esses rendimentos no campo “rendimentos isentos e tributáveis” da declaração;

Prestou na época serviços à Organização das Nações Unidas, serviços estes, que tinham como viabilidade a reforma institucional do setor de saneamento brasileiro, que é relevante para a nação;

Pela prestação dos seus serviços o contribuinte recebeu uma remuneração oriunda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, valor este que foi considerado omitido pela autoridade fiscal, mas, esses valores são considerados isentos do imposto sobre a renda, por se tratar de programa de cunho social global e fomentado pela ONU, fundamentando-se no artigo 5º do decreto nº 1.041/93, que trata da isenção do imposto de renda para os servidores de organismos internacionais de que o Brasil faça parte;

Indica ainda o decreto nº 59.308 e o decreto nº 27.784/1950, que tratam de imunidades e privilégios das Nações Unidas;

Discorre sobre a inaplicabilidade da multa e os juros de mora, pois, estão fundamentados em fato inexistente, e mesmo que fossem aplicados deveriam estar em conformidade com o artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal;

Com essas considerações, requer a improcedência total do lançamento, ou, alternadamente, a exclusão da multa e a limitação dos juros ao patamar de 1% ao mês.

Em virtude da Instrução Normativa RFB nº 958/2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.061/2010, o lançamento foi objeto de revisão de ofício pela unidade local de domicílio do contribuinte, que manteve integralmente o crédito tributário conforme termo circunstanciado e despacho decisório de fls. 85/87.

Em face do despacho decisório mencionado, o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade fls. 92/102, alegando em síntese que o termo circunstanciado não abordou questões de direito inicialmente aventadas, quais sejam:

(i) Que o impugnante não omitiu qualquer receita, mas, que, as receitas a que se refere o lançamento foram declaradas como rendimentos isentos e não tributáveis pelo fato de que são oriundos de remuneração do Programa das Nações Unidas – PNUD, isenta do imposto de renda, recorrendo longamente a respeito da importância social do projeto, que dá tratamento diferenciado garantido pela própria Federação, transcrevendo o artigo 5º do Decreto 1.041/93;

(ii) Afirma ainda que o artigo não fala em empregado, mas, em servidor, citando ainda o artigo 5º do decreto 59.308 e o artigo V Seção 18 do decreto 27.784/50, que tratam de benefícios de funcionários da Organização das Nações Unidas, entendendo que na acepção ampla da palavra, gozam de isenção relativa ao IR em decorrência da serventia à ONU, independentemente de ser funcionário empregado da organização ou seu servidor temporário; Transcreve jurisprudência.

A 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campo Grande (MS) manteve o crédito tributário através do acórdão nº 04-39.718 (fls. 142/145), com a seguinte consideração:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2008

RENDIMENTOS ISENTOS DE SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

Não se pode estender a isenção prevista para servidores e funcionários de organismos internacionais de que o Brasil faça parte, para prestadores de serviços temporários.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido”

Posteriormente, dentro do lapso temporal legal, foi interposto Recurso Voluntário (fls. 151/167) reprisando os mesmos argumentos anteriormente apresentados, no sentido de que o contribuinte era servidor do PNUD e, como tal, teria direito à isenção do imposto cobrado, bem como afirma a insubsistência da multa aplicada (75%).

É o relatório.

Voto

Conselheira Luciana Matos Pereira Barbosa - Relatora

1. DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

1.1. DA TEMPESTIVIDADE

O Recorrente foi cientificado da r. decisão em debate no dia 20/07/2015, conforme AR à fl. 149, e o presente Recurso Voluntário foi apresentado, TEMPESTIVAMENTE, no dia 29/07/2015, razão pela qual CONHEÇO DO RECURSO já que presentes os requisitos de admissibilidade.

2. DO MÉRITO

A questão central nos presentes autos reside em saber se a remuneração recebida pelo contribuinte, oriunda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD está isenta do imposto sobre a renda.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.306.393/DF, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, com acórdão submetido ao regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil/1973 (Recursos Repetitivos), assim decidiu:

“TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU.

1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.159.379/DF, sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, firmou o posicionamento majoritário no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência

técnica", no que se refere a essas atividades específicas. 2. Considerando a função precípua do STJ - de uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional -, e com a ressalva do meu entendimento pessoal, deve ser aplicada ao caso a orientação firmada pela Primeira Seção. 3. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08". (STJ, 1ª Seção, REsp 1306393/DF, rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 24/10/2012, DJe 07/11/2012)

Em seu voto, o Ministro relator assim dispõe:

"[...]

No entanto, na assentada do dia 8 de junho de 2011, ao julgar o REsp 1.159.379/DF, sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, a Primeira Seção desta Corte, por maioria de quatro votos a três, firmou o entendimento no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Transcrevo trechos de relevo do voto do Min. Teori Zavascki, in verbis: (...) Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas.

[...]"

A partir daí, passou então o CARF a decidir segundo o posicionamento expresso pelo Superior Tribunal de Justiça. Recorde-se:

"IRPF. ISENÇÃO SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS.

Consoante entendimento consignado no Recurso Especial n.º 1.306.393/DF, eleito como representativo da controvérsia e julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, o STJ ratificou o entendimento firmado pela 1ª Seção, no REsp n.º 1.159.379/DF (Relator Ministro Teori Zavascki), no sentido de que "são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD". No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo

Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas. Recurso Provido". (CARF, 2ª Seção de Julgamento, 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, relatora Conselheira Alice Grecchi, Acórdão nº 2102-003.265, Sessão de 11 de fevereiro de 2015)

“PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA DECIDIDA PELO STJ NA SISTEMÁTICA DO ART. 543C DO CPC.

O art. 62A do RICARF obriga a utilização da regra do REsp nº 1.306.393/DF, julgado em 24/10/2012, decidido na sistemática do art. 543C do Código de Processo Civil.

RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU. ISENÇÃO.

Consoante entendimento consignado no Recurso Especial n.º 1.306.393/DF, eleito como representativo da controvérsia e julgado sob o rito do art. 543C do CPC, o STJ ratificou o entendimento firmado pela 1ª Seção, no REsp nº 1.159.379/DF (Relator Ministro Teori Zavascki), no sentido de que “são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD”. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.308/66, estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas. Caso em que a hipótese dos autos (consultor independente) se subsume à situação tratada no recurso repetitivo. Recurso Voluntário Provido". (CARF, 2ª Seção de Julgamento, 1ª Câmara 2ª Turma Ordinária, relator Conselheiro

Rubens Mauricio Carvalho, Acórdão nº 2102-002.799, Sessão de 21 de janeiro de 2014)

Esse entendimento foi repetido, à guisa de exemplo, nos Acórdãos CARF nº 2802003.249, 2102003.032 e 2801003.381, dentre vários outros.

É de ser citada ainda a Solução de Consulta da Coordenação Geral de Tributação da Receita Federal – Consist, nº 64, de 07 de março de 2014, cuja ementa transcrevo a seguir:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF EMENTA: IRPF. ISENÇÃO. RENDIMENTOS RECEBIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DA ONU CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAREM NO PNUD. RECURSO ESPECIAL Nº 1.306.393/DF. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.306.393/DF, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), estabeleceu que estão isentos do imposto de renda os rendimentos recebidos por técnicos a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU) contratados no Brasil para atuarem no Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O STJ entendeu que a isenção se aplica tanto aos funcionários do PNUD quanto aos que a ela prestam serviço na condição de peritos de assistência técnica, categorias equiparadas em razão da aprovação, via decreto legislativo, do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre o Brasil, a ONU e suas agências. A condição de perito, segundo se extrai da decisão no referido recurso especial, deriva de um contrato temporário com período pré-fixado ou por meio de empreitada a ser realizada (apresentação ou execução de projeto e/ou consultoria). Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 1.549, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra-se vinculada ao referido entendimento. Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CRJ nº 1.549, de 2012”.

Assim, havendo decisão do Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, esta deve ser obrigatoriamente aplicada por este Conselho, nos termos do § 2º, artigo 62 do RICARF:

“[...]”

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF”.

Portanto, ante a imposição regimental da aplicação do precedente do STJ, deve o contribuinte beneficiar-se da isenção do imposto de renda sobre os rendimentos do trabalho prestado para atuar como consultor no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Processo nº 10580.727141/2010-23
Acórdão n.º **2401-004.814**

S2-C4T1

Fl. 6

Pelo exposto, voto pelo provimento do Recurso Voluntário, para que seja cancelada a Omissão de Rendimentos no valor de R\$ 19.200 (dezenove mil e duzentos reais) conforme apurado à fl. 29.

3. CONCLUSÃO:

Pelos motivos expendidos, CONHEÇO do Recurso Voluntário para, no mérito, DAR PROVIMENTO, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Luciana Matos Pereira Barbosa.